



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/02/2025. Publicação: 21/02/2025. Nº 036/2025.

ISSN 2764-8060

expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência;

k) Declaração de bens;

m) Declaração de impeditivo de supervisão;

n) Declaração de disponibilidade de horário;

o) Declaração de não exercer, cumulativamente, atividades em outro ramo do Ministério Público, nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na Defensoria Pública da União ou dos Estados, na advocacia, pública ou privada, na Polícia Civil ou Federal, bem como estágio ou residência nesses entes;

p) Certidões de antecedentes criminais expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e Eleitoral, para fins de comprovação do gozo de boa conduta social e ausência de registro de antecedentes criminais;

q) Comprovante de conta corrente ou universitária de titularidade do residente no banco responsável pelo processamento da folha de pagamento do Ministério Público- (BANCO DO BRASIL - obrigatoriamente);

r) Se inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), apresentar fotocópia do pedido de licenciamento ou cancelamento do respectivo registro, devidamente protocolizado;

s) Ficha cadastral e preenchimento de link que será encaminhado para o e-mail, pela Procuradoria Geral de Justiça.

ANEXO I (EDITAL Nº 27/2025) - IMPERATRIZ

DIREITO- 04ª CONVOCAÇÃO					
Vaga	Distribuição das Vagas	Classif. na Listagem da Vaga	Candidato Aprovado	Nota Final	Classif. na Listagem Geral
6	Geral	26	Ruth Barros Mota	6,82	
17	Autodeclarado negro	7	Natália Pereira De Sousa	6,79	28
18	Geral	27	Thessya Vitoria Soares Da Silva Neves	6,82	
19	Geral	29	Andrew Leonan Correa Rabelo	6,78	
20	Geral	30	Beatriz Dos Santos Pereira De Sousa	6,75	
21	Geral	31	Lorena Costa Romeiro	6,73	
22	Geral- PCD não teve	32	Joelma Barros Procópio	6,72	

ANEXO II (EDITAL Nº 27/2025) - IMPERATRIZ

PSICOLOGIA - 02ª CONVOCAÇÃO					
Vaga	Distribuição das Vagas	Classif. na Listagem da Vaga	Candidato Aprovado	Nota Final	Classif. na Listagem Geral
2	Geral- PCD não teve	02	Elida Kaline Da Silva Alencar	6,86	

assinado eletronicamente em 20/02/2025 às 11:09 h (*)

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

EDT-GPGJ - 282025

Código de validação: 3D346AF6C1

EDITAL 28/2025, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025

CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO DE VAGAS DE RESIDENTES

COMARCAS DO INTERIOR



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/02/2025. Publicação: 21/02/2025. Nº 036/2025.

ISSN 2764-8060

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o Processo Seletivo 156/2024 para residentes, homologado pelo Edital nº 182/2024, publicado no Diário Eletrônico deste Ministério Público (DEMP), em 19 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO o Ato regulamentar nº 20/2008 e Ato nº 136/20218 que tratam sobre a Política Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO a existência de vagas disponibilizadas no processo seletivo MPMA Residente;

CONVOCA em terceira chamada, obedecendo a ordem de classificação e as cotas determinadas, os estudantes relacionados no anexo abaixo, a se apresentarem nas Diretorias da respectiva Comarca de lotação com os documentos de admissão no período 21 a 28 de fevereiro ou de 06 a 07 de março de 2025:

- Carteira de identidade – RG;
- CPF;
- Título de eleitor;
- Comprovante de votação da última eleição ou certidão de quitação eleitoral;
- Certificado militar (se indivíduo do sexo masculino, acima de 18 anos);
- 01 (uma) Foto 3x4 (anexada ao formulário de cadastro, item o);
- Comprovante de residência;
- Diploma de graduação do Curso de formação referente a área escolhida, ou certidão de conclusão de curso de graduação, emitidos por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;
- Histórico escolar contendo o coeficiente de rendimento da graduação;
- Comprovante de matrícula e frequência em curso de pós-graduação *latu sensu* ou *strictu sensu* compatível com a vaga desejada (declaração, certidão ou atestado firmado por IES credenciada) ou declaração de admissão em estágio de pós-doutorado, atestada pela Instituição de ensino (o tempo de permanência no programa com o mesmo curso e instituição de ensino de pós-graduação - precisa ser de pelo menos 06 meses);
- Atestado médico que comprove aptidão clínica, incluindo anamnese e exame físico, à realização das atividades de residência, sem prejuízo de eventuais requisições de exames complementares que o serviço médico fundamentadamente julgar necessários; se pessoa com deficiência, além do atestado citado, apresentar também laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência;
- Declaração de bens;
- Declaração de impeditivo de supervisão;
- Declaração de disponibilidade de horário;
- Declaração de não exercer, cumulativamente, atividades em outro ramo do Ministério Público, nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na Defensoria Pública da União ou dos Estados, na advocacia, pública ou privada, na Polícia Civil ou Federal, bem como estágio ou residência nesses entes;
- Certidões de antecedentes criminais expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e Eleitoral, para fins de comprovação do gozo de boa conduta social e ausência de registro de antecedentes criminais;
- Comprovante de conta corrente ou universitária de titularidade do residente no banco responsável pelo processamento da folha de pagamento do Ministério Público - (BANCO DO BRASIL - obrigatoriamente);
- Se inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), apresentar fotocópia do pedido de licenciamento ou cancelamento do respectivo registro, devidamente protocolizado;
- Ficha cadastral e preenchimento de link que será encaminhado para o e-mail, pela Procuradoria Geral de Justiça.

ANEXO I (EDITAL Nº 28/2025) COMARCA DE CAXIAS

DIREITO					
Vaga	Distribuição Das Vagas	Classif. Na Listagem Da Vaga	Candidato Aprovado	Nota Final	Classif. Geral
6	Geral	5	Sarah Annet Dos Anjos Lima	7,00	
7	Autodeclarado negros	4	Vitória Aline Barbosa Rocha	6,29	20
8	Geral	8	Rivaldo Brito Serra	6,86	



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/02/2025. Publicação: 21/02/2025. N° 036/2025.

ISSN 2764-8060

ANEXO I I(EDITAL N° 28/2025) COMARCA DE TIMON

DIREITO					
Vaga	Distribuição Das Vagas	Classif. Na Listagem Da Vaga	Candidato Aprovado	Nota Final	Classif. Geral
9	Geral	7	Vitor De Oliveira Hermilio	7,11	
10	Geral	8	Gabriel Carvalho Dantas Veras E Silva	7,11	
11	Geral	9	Ana Beatriz Lima Araújo	7,09	
12	Geral- PCD não teve	10	Bárbara Wennbra Ximenes De Sousa Flor Arruda	7,09	
13	Autodeclarado negros	6	Vinícius Da Silva Oliveira	6,36	30

assinado eletronicamente em 20/02/2025 às 11:09 h (*)

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Colégio de Procuradores

CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO

Senhor(a) Procurador(a) de Justiça

CONVOCO Vossa Excelência para a 1ª Sessão ordinária do Colendo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público, a ser realizada no dia 26 de fevereiro de 2025, (quarta-feira), às 10:00 horas, na sala de reunião do Colégio de Procuradores de Justiça, onde será discutida a seguinte pauta:

1 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO REALIZADA NO DIA 27/01/2025.

2 – COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA

3 – PROCESSO PARA APRECIACÃO/JULGAMENTO

3.1 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 8070/2024

Origem: Procuradoria Geral de Justiça

Interessado: Procurador-Geral de Justiça

Assunto: Procedimento de Gestão Administrativa > Gestão Política e Administrativa > Acompanhamento de feitos Judiciais/Administrativos > Minuta de Resolução que altera a Resolução n° 119/2022-CPMP.

Relator: Procurador de Justiça Dr. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato

Voto-Vista: Procurador de Justiça Dr. Paulo Silvestre Avelar Silva

3.2 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 20192/2024

Origem: Procuradoria Geral de Justiça

Interessado: Procurador-Geral de Justiça

Assunto: Procedimento de Gestão Administrativa < Gestão Política e Administrativa > Acompanhamento de feitos Judiciais/Administrativos > Minuta de Resolução que Redefine as atribuições das Promotorias de Justiça Especializadas da Defesa da Educação do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís, altera o Anexo III da Resolução n° 02/2009-CPMP (com a redação dada pela Resolução n° 153/2024-CPMP), altera a Resolução n° 87/2019-CPMP.

Relator: Procurador de Justiça Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho

3.3 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 9723/2024

Origem: Procuradoria Geral de Justiça

Interessado: Procurador-Geral de Justiça